

Nogueira, Carlos

Junqueiro e Saramago : Portugal, Deus e o ser humano

Études romanes de Brno. 2024, vol. 45, iss. 3, pp. 207-224

ISSN 2336-4416 (online)

Stable URL (DOI): <https://doi.org/10.5817/ERB2024-3-11>

Stable URL (handle): <https://hdl.handle.net/11222.digilib/digilib.80991>

License: [CC BY-SA 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/)

Access Date: 03. 01. 2025

Version: 20241231

Terms of use: Digital Library of the Faculty of Arts, Masaryk University provides access to digitized documents strictly for personal use, unless otherwise specified.

Junqueiro e Saramago: Portugal, Deus e o ser humano

Junqueiro and Saramago: Portugal, God and the Human Being

CARLOS NOGUEIRA [carlosnogueira@uvigo.es]

Universidade de Vigo, España

RESUMO

Partindo de palavras de José Saramago sobre o livro de poemas *Finis Patriae* (1891), de Guerra Junqueiro, este artigo aproxima as vidas e as obras de dois dos autores portugueses que, em vida, mais impacto tiveram na consciência coletiva nacional. Em particular, trata-se de comparar e procurar compreender de que modo Junqueiro, hoje quase completamente esquecido, e Saramago, um escritor de alcance universal, abordam temas como a decadência de Portugal, a política e a sociedade portuguesas, Deus e o ser humano. Dada a centralidade do tema da decadência de Portugal, estabelece-se também um diálogo com Antero de Quental e o seu célebre discurso *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos* (1871).

PALAVRAS-CHAVE

Guerra Junqueiro; José Saramago; decadência de Portugal; messianismo; republicanismo; comunismo

ABSTRACT

Starting from José Saramago's words about the book of poems *Finis Patriae* (1891) by Guerra Junqueiro, this article draws parallels between the lives and works of these two Portuguese authors who, during their lifetimes, had a significant impact on the national collective consciousness. In particular, it aims to compare and understand how Junqueiro, now almost completely forgotten, and Saramago, a writer of global renown, address themes such as Portugal's decline, Portuguese politics and society, God, and the human condition. Given the centrality of the theme of Portugal's decline in their works, a dialogue is also established with Antero de Quental and his renowned discourse *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos* (1871).

KEYWORDS

Guerra Junqueiro; José Saramago; Portugal's decline; messianism; republicanism; communism

RECEBIDO 2023-12-03; ACEITE 2024-06-15

Trabalho financiado por fundos nacionais, através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito do Centro de Estudos em Letras, com a referência UIDP/00707/2020, Portugal.

1. Guerra Junqueiro e José Saramago: diferentes e iguais na vida e na morte

Numa entrevista publicada no dia 11 de novembro de 2005 no jornal *Público*, com o título “Não sabemos se dentro de 50 anos Portugal ainda existe”, José Saramago (1922 – 2010) afirmava:

O Guerra Junqueiro escreveu aquele livro – *Finis Patriae*. A sensação que eu tenho é a de um processo de decadência com alguns sobressaltos [em Portugal]. A proclamação da República foi um deles; o 25 de Abril foi outro. Ele parece que mostra a nossa incapacidade de manter alta a nossa tenção de viver. Fogos de palha, súbitas erupções de entusiasmo (aquilo a que chamamos entusiasmo) popular – tudo isto se converte, com mais ou menos rapidez, em cinzas. E aqui estamos num tempo de cinzas. Não vejo que haja um debate de ideias. Digamos que a política é discutida em termos de mera cozinha gastronómica. Faltam figuras, faltam pessoas. Em algumas épocas, podíamos citar nomes de grandes figuras nacionais. Hoje é muito difícil. Também não quero cair na tentação de necessidade dos líderes, dos homens exemplares. Não é isso. Quando se publicou *O Ano da Morte de Ricardo Reis* [1984], eu disse que era uma tentativa para compreender a doença portuguesa. Citando uma vez mais o épico, não são gratuitas aquelas palavras da “apagada e civil tristeza”. Continua a haver algo disso na nossa mentalidade. Num tempo de desconcerto, de mudança de valores rapidíssima, perdemos o pé, não sabemos para onde vamos. Não temos a certeza se daqui por 50 anos este país existe. (Gómez Aguilera 2010: 109)

Não conheço outra referência de José Saramago ao autor de *A Velhice do Padre Eterno* (1885), muito lido e reconhecido no seu tempo e hoje pouco mais do que um nome. Haja ou não outras, esta é, só por si, muito significativa para servir de ponto de partida para uma aproximação entre os dois escritores, pensadores e homens de ação. Aliás, tantas são as afinidades e as diferenças entre Junqueiro e Saramago, tão polémicas e ativas as suas vidas, que, para justificar uma reflexão comparativa, não necessitaríamos desta breve alusão de José Saramago a uma das obras de Guerra Junqueiro (1850 – 1923).

As diferenças de berço pareciam destiná-los a vidas em tudo distintas, mas o que um e o outro fizeram de si mesmos aproximou-os indelevelmente. Um aspeto *biográfico* simboliza bem a convergência entre eles, na vida pública e na escrita: os funerais de Junqueiro e Saramago não só tiveram honras de Estado como, mais importante, atraíram milhares de pessoas que lhes quiseram prestar a sua homenagem. No *Diário de Notícias* do dia 15 de julho de 1923, lia-se (reproduzo as maiúsculas): “OS RESTOS MORTAIS DE JUNQUEIRO, o glorioso cantor da Pátria e dos humildes, entraram ontem nos Jerónimos no meio do respeitoso e comovido silêncio de um povo em luto” (*Diário de Notícias* 1923: 1). Seguiu-se a este título, antes da pormenorizada e emotiva reportagem, esta nota: “Os altos poderes do Estado, o exército e a armada, delegações das academias de todo o país, numerosas coletividades e enorme multidão, acompanhando o féretro através das ruas de Lisboa, deram aos funerais uma impressionante grandiosidade” (*Diário de Notícias* 1923: 1).

Também José Saramago mereceu sentidas e solenes homenagens por parte dos poderes públicos e da população em geral. O corpo do autor de *Ensaio sobre a Cegueira* “foi recebido no aeroporto com as maiores honras e pelas mais altas autoridades do Estado, deixando clara dessa

forma a relação de amor do país com o autor” (Río 2022: 337). Velado no Salão Nobre da Câmara Municipal de Lisboa, visto por mais de vinte mil pessoas na “capela ardente nas horas em que esteve aberta” (Río 2022: 337), Saramago foi espontaneamente saudado com livros, porque “Alguém, de repente, levantou um livro e, a partir desse momento, as pessoas que passavam diante do corpo de José Saramago levantavam livros, que tanto podiam ser seus como de outros autores” (Río 2022: 337–338). No dia seguinte, a caminho não dos Jerónimos nem do Panteão Nacional, mas do cemitério do Alto de São João, onde o corpo do escritor iria ser cremado, também “inumeráveis leitoras e leitores levantavam livros” (Río 2022: 338): “o cemitério era um mar de livros” (Río 2022: 338).

Falecido a 7 de julho de 1923, Guerra Junqueiro foi trasladado para o Panteão Nacional, em 1966. Saramago, pelo contrário, por vontade própria, foi cremado, e, por desejo da família, as suas cinzas viriam a ser depositadas, um ano após a sua morte, “sob uma oliveira trazida da Azinhaga, a sua terra natal, que se plantaria em frente à Casa dos Bicos” (Río 2022: 339), a sede da Fundação José Saramago. A terra que cobriu as cinzas veio de Lanzarote, “amorosamente recolhida de debaixo da pedra negra do jardim onde um dia o escritor pensou que seria um bom lugar par ficar” (Río 2022: 340). Como epitáfio, escolheu-se uma sequência do final de *Memorial do Convento*, com Saramago a devir Baltasar Sete-Sóis: “Mas não subiu para as estrelas, se à terra pertencia”. Este amor pela vida, a força telúrica de José Saramago, vemo-lo também numa atitude de Guerra Junqueiro que se repercutiu no seu funeral: “Não quero flores sobre o meu cadáver para que não se sacrifique uma vida em preito à morte, dizia Junqueiro ao sentir que o alento lhe fugia” (*Diário de Notícias* 1923: 1). Em vez de flores, bandeiras e tecidos negros assinalavam o respeito da cidade e do país por Junqueiro.

Iguais nas honras das exéquias fúnebres nacionais com que Portugal os homenageou, Guerra Junqueiro e José Saramago nasceram em ambientes familiares que lhes auspiciavam trajetos de vida em tudo distintos entre si. Junqueiro nasceu numa família abastada, proprietária de terras, Saramago numa família de camponeses; o pai de Junqueiro era um comerciante e lavrador próspero, o de Saramago um cavador de enxada, até ter decidido ir para Lisboa, onde trabalhou como polícia de segurança pública. Junqueiro fez o exame de instrução primária no Porto e seguiu para Coimbra, onde frequentou e concluiu os estudos liceais. A pensar numa carreira eclesiástica, estudaria Teologia (entre 1866 e 1868) na Universidade de Coimbra, antes de desistir e se inscrever, também na universidade coimbrã, em Direito. Publica o primeiro livro em 1864, *Dois Páginas dos Catorze Anos*, e, três anos depois, o segundo, *Vozes sem Eco*. Outros livros se seguiriam, como, em 1868, *Batismo de Amor*, acompanhado de um prefácio de Camilo Castelo Branco, e, em 1870 e em 1873, *Vitória da França* e *À Espanha Livre*. Antes de ser nomeado Secretário-Geral do Governo Civil de Angra do Heroísmo, em 1876, conclui o curso de Direito, em 1873, no mesmo ano em que “Pesquisa jazidas minerais na sua terra” (Pereira 2005: 19). Nascia assim um “Poeta lírico, mas também social e revolucionário. Mas também agricultor, exigente colecionador de arte, cientista, cristão e anticlerical, político, diplomata e filósofo” (Pereira 2005: 19). Esta caracterização serve, em parte, para José Saramago, aluno de mérito obrigado a seguir um curso técnico numa escola de ensino profissional, porque a família não o pôde manter no liceu. Saramago, que começou por trabalhar como serralheiro mecânico, publica o seu primeiro livro aos 25 anos, o romance *Terra do Pecado*, portanto cerca de 11 anos mais tarde do que Guerra Junqueiro, que aos 24 anos publicaria *A Morte de D. João* (1874), “o seu livro de consagração” (Pereira 2005: 23).

Junqueiro e Saramago: Portugal, Deus e o ser humano

Também Saramago se daria a conhecer simultaneamente como poeta lírico, social e revolucionário, com *Os Poemas Possíveis* (1966) e *Provavelmente Alegria* (1970), igualmente muito mais tarde do que Junqueiro, diga-se. As linhas com que Henrique Manuel S. Pereira conclui o retrato geral de Junqueiro, a seguir à citação anterior, adequam-se também a Saramago: “Também sarcasta de palavra cortante, temível adversário, avesso a subserviências, despidoradamente amigo dos seus amigos. Há um demónio e um anjo, uma brisa e um ciclone dentro deste nome” (Pereira 2005: 22).

Homem que parecia destinado a não ser quem veio a ser, apesar do amor que desde cedo dedicou às palavras e aos livros, José Saramago viria a receber o Prémio Nobel de Literatura em 1998, depois de duas décadas em que publicaria um número muito considerável de romances, todos de alcance universal, como *Memorial do Convento* (1982), *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (1984), *A Jangada de Pedra* (1986), *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* (1991) e *Ensaio sobre a Cegueira* (1995), para além de outros títulos notáveis como *Viagem a Portugal* (1981) e peças de teatro como *A Noite* (1979) e *In Nomine Dei* (1993). Guerra Junqueiro não teve a internacionalização de Saramago, que em vida viu os seus livros traduzidos para inúmeras línguas e transpostos para artes como o cinema, o teatro e a ópera, e que, portanto, assistiu à sobrevida de personagens saídas dos seus romances e peças de teatro (Blimunda e a mulher do médico são as mais célebres). Saramago continua a ser lido, ao contrário de Junqueiro, cujo nome “ultrapassou fronteiras” (Pereira 2005: 23) e cuja obra foi traduzida “em várias línguas” (Pereira 2005: 23). Não ter acontecido a universalização da poesia de Junqueiro, que não foi galardoado com o Prémio Nobel de Literatura, não obsta a que, para não poucos leitores e críticos, ele esteja entre “os maiores poetas, se não do mundo, pelo menos da Península Ibérica” (Pereira 2005: 23). Tal como em relação a Saramago, Portugal leu Junqueiro, comentou-o, cantou-o, sabia-o de cor. A partir de *A Morte de D. João*, “O nome de Guerra Junqueiro não mais parou de imprimir-se nas folhas dos jornais” (Pereira 2005: 23).

2. Cidadãos e autores comprometidos politicamente com Portugal e o mundo

Muito diferentes nas oportunidades que se lhes ofereceram no início da vida, mas iguais na excecionalidade do cortejo fúnebre que os acompanhou, Junqueiro e Saramago foram cidadãos comprometidos com o seu país, o mundo e o ser humano. Os dois atuaram na vida pública, fizeram-se escritores que agiam social, política e moralmente, e converteram a sua voz num clamor contra a injustiça, a desigualdade e as misérias de Portugal e do mundo, os erros da História e as arrogâncias de sistemas e de pessoas. Para vermos como Junqueiro e Saramago se irmanam na procura de soluções para Portugal, regressemos ao texto de Saramago com que iniciei este ensaio e que me serve para estruturar a aproximação entre os dois escritores, empenhados em contrariar o que entendiam ser a decadência de Portugal: “O Guerra Junqueiro escreveu aquele livro — *Finis Patriae*. A sensação que eu tenho é a de um processo de decadência com alguns sobressaltos [em Portugal]. A proclamação da República foi um deles; o 25 de Abril foi outro” (Gómez Aguilera 2010: 109). A discussão das causas da decadência de Portugal atravessa toda a obra de Guerra Junqueiro e de José Saramago. Literariamente, *Finis Patriae* (1891) e *Pátria*

(1896), de Junqueiro, e *Que Farei com Este Livro?* (1980), de Saramago, são dois momentos em que estes autores se encontram num mesmo pensamento, não obstante tudo o que os distingue nas ideias e na linguagem: a de que o passado determina irredutivelmente o futuro. Se “A nossa fatalidade é a nossa história” (Quental 2001: 75), como diz Antero de Quental, há que recorrer a “um esforço supremo: quebrar resolutamente com o passado” (Quental 2001: 75) para tornar viável o desenvolvimento da sociedade numa sucessão, segundo a linguagem marxista, de estádios de desenvolvimento, cada um com formas de cooperação, produção, de propriedade e de divisão do trabalho progressivamente mais evoluídos e equitativos. Junqueiro e Saramago estão inteiros neste juízo de Antero de Quental. No final do seu programa de reformas para Portugal, o filósofo português reclama que ao Catolicismo oponhamos a consciência autónoma e livre, a ciência, a filosofia, a confiança no progresso, a “renovação incessante da humanidade pelos recursos inesgotáveis do seu pensamento, sempre inspirado” (Quental 2001: 76); que à “*monarquia centralizada*” (Quental 2001: 76. Sublinhados no original) oponhamos “a federação republicana de todos os grupos autonómicos, de todas as vontades soberanas, alargando e renovando a vida municipal, dando-lhe uma carácter radicalmente democrático, porque só ela é a base e o instrumento de todas as reformas práticas, populares, niveladoras” (Quental 2001: 76); e que à “*inércia industrial*” oponhamos a iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo, pelo povo, e para o povo, não dirigida e protegida pelo Estado, mas espontânea, não entregue à anarquia cega da concorrência” (Quental 2001: 76). Isto é: iniciativa “organizada de uma maneira solidária equitativa, operando assim gradualmente a transição para o novo mundo industrial do socialismo, a quem pertence o futuro” (Quental 2001: 76).

Esta síntese tem muito a ver com as ideias e a ação cívica e política tanto de Guerra Junqueiro como de José Saramago, mas só faz pleno sentido dentro do republicanismo do primeiro e do socialismo libertário e não determinista do segundo, cujas vozes “de reprovação e de denúncia contra a injustiça e o mal que nos cerca por todos os lados” (Ceccucci 2018: 374) fazem hoje muita falta. Não quero reduzir a uma fórmula simplista o pensamento filosófico e político de Junqueiro e de Saramago. O parágrafo anterior é uma súmula incompleta e imperfeita, embora necessária para organizar o modo como vejo Junqueiro e Saramago. Junqueiro pugnou pela República, apesar de não ter faltado, nem falte, quem dele dissesse que “não foi, senão acidentalmente, um republicano” (Garção s/d.b: XI); Saramago dizia-se comunista, epíteto que talvez já se lhe adegue, conscientemente, pelo menos desde 1953, data da escrita de *Claraboia*, romance em que não será exagerado ver uma projeção de Saramago na personagem Abel, que, ao contrário do sapateiro e antigo anarquista “Silvestre, que lhe alugara um quarto, já fala, pela calada, do “socialismo”, não tendo também palavras elogiosas para a República” (Real & Gonçalves 2022: 71). Comunista, sem dúvida, até, a partir de 1969, no sentido estrito de militante do Partido Comunista, mas não menos republicano, no sentido lato do termo, como notam Miguel Real e Filomena Gonçalves: “Sem elogiar a I República de um modo ostensivo, Saramago, porventura devido a ecos da sua vivência infantil, será sempre republicano e não católico, nunca vendo com bons olhos o pensamento católico ou de qualquer outra Igreja, acreditando, ao modo positivista, que aquela será substituída pela iluminação científica e histórica” (Real & Gonçalves 2022: 71). Também Junqueiro, na sua juventude, não elogiava a República, porque, segundo Mayer Garção, “a República, quando o moço poeta definiu uma atitude partidária, não passava de uma ideologia vã” (Garção s/d.b: XX). Importa atentar bem nesta explicação do mesmo autor.

Mayer Garção lembra ainda que “a monarquia constitucional não entrara ainda na sua irremediável decadência” (Garção s/d.b: XX) e que, por isso, homens como Latino Coelho, Elias Garcia, Rodrigues de Freitas e Guerra Junqueiro foram monárquicos antes de se entregarem à República. Como estas personalidades, Junqueiro veio a perceber que a monarquia, com os seus privilégios de casta e favorecimento de elites, era inconciliável com os interesses do povo. Daí a sua entrega à República e aos ideais e leis de que o pequeno Saramago ainda beneficiará, como “o fim dos privilégios aristocráticos; a igualdade entre todos os cidadãos; a implantação da lei da separação entre Estado e Igreja; a aplicação da lei do divórcio; a nacionalização das propriedades da Igreja; a extinção das ordens e congregações religiosas; [...] e a expansão do ensino laico” (Real & Gonçalves 2022: 71). 72 anos separam o nascimento de Junqueiro (15 de setembro de 1850) do de Saramago (16 de novembro de 1922), que tinha menos de 8 meses quando Guerra Junqueiro morreu (7 de julho de 1923). Contudo, tanto a juventude e a vida adulta de Junqueiro como a infância de Saramago, em intensidades e com consciências distintas, foram atravessadas pelo “conflito entre a visão republicana do mundo e a visão conservadora e monárquica que se lhe opunha, que dará origem, a partir de 1926, ao regime do Estado Novo” (Real & Gonçalves 2022: 69).

3. A decadência de Portugal segundo Antero, Junqueiro e Saramago

As obras a que me referi acima, *Finis Patriae e Pátria*, de Guerra Junqueiro, e *Que Farei com Este Livro?*, de José Saramago, são exemplos perfeitos do envolvimento destes autores com o passado, o presente e o futuro de Portugal, com o problema do declínio de um país em que, diz Saramago no breve texto transcrito no início deste ensaio, “Faltam figuras, faltam pessoas. Em algumas épocas, podíamos citar nomes de grandes figuras nacionais. Hoje é muito difícil” (Gómez Aguilera 2010: 109). *Finis Patriae e Pátria* são composições anti-monárquicas em que o poeta se insurge contra a falta de liberdade imposta ao país por uma realeza que é, segundo ele, responsável por todos os males do país. Na *Pátria*, em particular, o argumento não levanta problemas de interpretação: na origem da decadência de Portugal está a dinastia de Bragança, e a solução só pode ser uma: a vinda de um messias que, empunhando a espada de Nun’Álvares, redimirá o país, cuja degeneração radica também nas conquistas ultramarinas. Portugal é, neste poema alegórico, o Doido. O poeta denuncia essa loucura, essa decadência, com o objetivo de abrir caminho à República. Os reis de Bragança são os responsáveis pela ruína de Portugal, acusa o Doido, desesperado por lhe terem roubado a alma:

Olha os bandidos... os traidores!...
 Bem nos conheço!... foram eles... Subtilmente
 [...]
 Com drogas más e com venenos de serpente,
 Sem eu saber, de noite e de dia, pouco a pouco,
 Me levaram a alma e me tornaram louco...
 Enlouqueceram-me, endoideceram-me os bandidos!...
 A minha alma!... a minha alma!... Ouço gemidos...
 São talvez dela... têm-na aqui encarcerada...

Onde estás, onde estás, alma desamparada?!
 Grita por mim!... onde é que estás?!... Ai, quero enfim
 Ver-te comigo... Onde é que estás?!... (Junqueiro s/d.b: 537)

Este destemido Doido é metáfora e símbolo do poeta e dos que, com ele, acreditam na ressurreição espiritual e moral do país: “O reino é podre... O rei é podre... tudo é podre.../ Oh, que fedor! oh, que fedor!...” (Junqueiro s/d.b: 595). Esse renascimento é protagonizado pelo espectro de Nuno Álvares Pereira, o Condestável, em quem converge muito do visionarismo messiânico de Guerra Junqueiro, que não raras vezes na sua obra evoca o Santo Condestável, como lhe chamava o povo. Nas “Anotações” que acompanham o poema *Pátria*, afirma: “A metempsicose, em moderno, do grande Condestável, eis o meu sonho. Um justiceiro e um crente. Braço para matar, boca para rezar” (Junqueiro s/d.b: 637). Evidentemente, “O Nun’Álvares de hoje não usaria cota, nem escudo, mas, ao cabo, seria idêntico” (Junqueiro s/d.b: 637). No dia 27 de julho de 1897, num comício promovido pelo Grupo Republicano de Estudos Sociais, Junqueiro faz um “Discurso” patriótico, emocionado e metódico, no qual Nuno Álvares Pereira, ao lado de figuras como Camões, Bartolomeu Dias e S. Francisco Xavier, representa a essência portuguesa. Portugal existe porque estes homens o fizeram, e daí, perto do final da sua intervenção, Junqueiro apelar a que “Ressuscitemos Nun’Álvares, ergamos o seu vulto, quer nas escolas, quer nos tempos” (Junqueiro s/d.a: 93). “É copiar o Condestável”, prossegue Guerra Junqueiro, que acrescenta: “Derramemos sangue por justiça, vertamos lágrimas por amor. Crentes e combatentes. O idealismo heroico, o idealismo em ação” (Junqueiro s/d.a: 93–94). Vale a pena atentarmos ainda nesta passagem da mesma intervenção junqueiriana, dirigida aos seus “Concidadãos” (Junqueiro s/d.a: 87):

A obra de Nun’Álvares foi de ideal extreme, ideal sem mancha. A empresa das descobertas, maravilhosas na aventura e sublime na fé, cai em ruínas exactamente do lado prático, do lado útil – cupidez, ganância, fome de oiro, sede de conquistas. Camões, Bartolomeu Dias, S. Francisco Xavier, eis a verdade, a bondade e a beleza da grande epopeia coletiva. Quem a exaltou? O santo, o poeta, o herói. Quem a destruiu? O cravo e a canela, – o negócio. O ideal gerou-a. A realidade matou-a. Apodreceu-nos o oiro. O sangue dos escravos intoxicou-no o sangue. Da fortuna veio a ruína, da crueldade a fraqueza, do luxo a miséria e da descoberta de um mundo a nossa perdição” (Junqueiro s/d.a: 91).

O fragmento citado é suficiente para percebermos como há semelhanças e diferenças entre o pensamento de Guerra Junqueiro e as ideias que Antero de Quental expôs no célebre discurso por ele proferido na sala do Casino Lisbonense e com o qual tiveram início as Conferências do Casino, na noite de 27 de maio de 1871. Nele, como se sabe, o filósofo identifica aquelas que são, na sua perspetiva, as *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos*. Neste declínio, que começou no tempo de Camões, entra uma lei: a “lei da evolução histórica, que inflexível e impassivelmente tira as consequências dos princípios uma vez introduzidos na sociedade” (Quental 2001: 72). Segundo Antero, o declínio de Portugal (e dos outros povos peninsulares), que começou após o primeiro período da Renascença e se intensificou durante os séculos XVII, XVIII e XIX, radica em três fenómenos (interligados) de natureza moral, religiosa, política e económica: o Catolicismo resultante do Concílio de Trento, o estabelecimento do

absolutismo monárquico e as conquistas. Deste contexto resultaram privilégios para uns (o rei, a corte, a aristocracia, o clero) e prejuízos para outros (o povo, os humanistas, os cientistas, os empreendedores). Criou-se uma sociedade fechada que promovia a dependência das riquezas que vinham de fora, a inércia, o hábito de pedir, o luxo de uns e a miséria de outros, o medo. Diz Antero de Quental:

Dera-se, com efeito, durante o século XVI, uma deplorável revolução nas condições económicas da sociedade portuguesa, revolução sobretudo devida ao novo estado de coisas criado pelas conquistas. O proprietário, o agricultor, deixam a charrua e fazem-se soldados, aventureiros: atravessam o oceano, à procura de glória, de posição mais brilhante ou mais rendosa. (Quental 2001: 63–64)

Antero de Quental, Guerra Junqueiro e José Saramago viam nas possessões portuguesas ultramarinas uma usurpação colonial e um problema acrescido para Portugal, país que nem na metrópole nem nas colónias estava a desenvolver instituições políticas e económicas inclusivas, mas antes extrativas. Para Antero, Junqueiro e Saramago, os absolutismos religioso e monárquico e as conquistas tiveram consequências por demais evidentes na realidade portuguesa (consequências que persistiram e persistem). As palavras são de Antero de Quental, ainda nas *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, mas estão em tudo de acordo com o pensamento e a obra de Saramago: “Por isso decaí também a vida económica: a produção decresce, a agricultura recua, estagna-se o comércio, desaparecem uma por uma as indústrias nacionais; a riqueza, uma riqueza faustosa e estéril, concentra-se em alguns pontos excepcionais, enquanto a miséria se alarga pelo resto do país” (Quental 2001: 22). O Convento de Mafra, no todo monumental e nas partes sumptuosas que o constituem, é uma das concretizações dessa riqueza nascida numa sociedade dividida entre opressores e oprimidos. A afirmação de Antero, a seguir à citação anterior, talvez seja um tanto exagerada na exclusividade que reclama para o caso português, mas não pode ser contestada no seu alcance relativo a Portugal: “Nunca povo algum absorveu tantos tesouros, ficando ao mesmo tempo tão pobre!” (Quental 2001: 22). Junqueiro, por sua vez, nas “Anotações” à *Pátria*, resume exemplarmente toda esta relação de causas e efeitos: “Instrução miserável, marinha mercante nula, indústria infantil, agricultura rudimentar” (Junqueiro s/d.b: 633). A síntese junqueiriana que imediatamente se segue é não menos exemplar e afim dos pensamentos de Antero e de Saramago: “Um regime económico baseado na inscrição e no Brasil, perda de gente e perda de capital, autofagia coletiva, organismo vivendo e morrendo do parasitismo de si próprio” (Junqueiro s/d.b: 633). Obviamente, nem Antero nem Saramago veem “A empresa das descobertas” como maravilhosas na aventura e sublime na fé” (Junqueiro s/d.a: 91). Contudo, sentem o mesmo repúdio por esta dominação, que é moral, social e economicamente desastrosa não só para Portugal como também para os territórios ocupados.

Na peça *Que Farei com Este Livro?*, Diogo do Couto, personagem histórica central na peça saramaguiana, deplora o estado em que se encontra a Índia portuguesa, mal-aproveitada e corrompida, onde acontece o enriquecimento de uns poucos, seduzidos por pedras preciosas, bofetás, colchas e outras maravilhas, e a exploração de muitos. Ana de Sá leva-o a admitir que a Índia não é apenas o território de onde vem “a especiaria, a seda, todas essas riquezas que chegam ao reino” (Saramago 2015b: 50): “A Índia será, ou cuidado que já o é, uma doença de Portugal. Queira Deus

que não mortal doença” (Saramago 2015b: 50). Para a mãe de Luís de Camões, confrontada com a tristeza e a miséria do filho, a Índia não é mais do que “terras estranhas donde nenhum bem nos veio nunca, e já não virá” (Saramago 2015b: 49). “Então, quando vós dizeis que a Índia será uma doença de Portugal, estais declarando doutro modo aquilo que meu filho disse nas oitavas que me leu. É assim que eu entendo” (Saramago 2015b: 52), conclui Ana de Sá.

A Índia é uma doença de Portugal porque nela se instalou a cobiça e a corrupção, porque não foi cuidada nem trabalhada, mas apenas extorquida dos seus bens. Diogo do Couto não via nas conquistas portuguesas no Oriente, ao contrário de Antero de Quental, Guerra Junqueiro e José Saramago, um erro histórico. Foi por amar tanto a Índia portuguesa que ele se insurgiu contra o modo desequilibrado e criminoso como os governadores a geriam. Para o autor do *Soldado Prático*, a Índia é uma doença de Portugal pelas mesmas razões apontadas por Padre António Vieira relativamente à colonização do Brasil, no *Sermão da Visitação de Nossa Senhora* (1638): “e esta é a causa original das doenças do Brasil: tomar o alheio, cobiças, interesses, ganhos e conveniências particulares, por onde a justiça se não guarda, e o Estado se perde” (Vieira 1690: 407).

4. Portugal; o ser humano: idealismo otimista (Junqueiro), idealismo não determinista (Saramago)

Antero de Quental faz o diagnóstico dos males do país em termos que têm uma correspondência perfeita com o ideário e a linguagem tanto de Junqueiro como de Saramago. Ideário e linguagem republicanos, em Junqueiro, e comunistas, em Saramago. Já tratei, acima, esta problemática, ressaltando o que une Junqueiro e Saramago em termos de envolvimento moral humanitário e de construção de uma sociedade justa para todos. Os dois acreditam que é possível combinar “a liberdade de cada um com uma ideia de sociedade (de coletivismo, podemos dizer) não marcada pela divisão entre exploradores e explorados, entre opressores e oprimidos, entre muito ricos e radicalmente pobres” (Nogueira 2022: 350). Junqueiro e Saramago encontram-se no essencial do ideário político ético-moral e no modo como publicamente fizeram ouvir a sua voz. Todavia, divergem no tipo de idealismo que os move, apesar de a fórmula junqueiriana de “idealismo em ação” (Junqueiro s/d.a: 94) servir também para caracterizar o idealismo saramaguiano.

O idealismo de Guerra Junqueiro é mais otimista e determinista do que o de José Saramago, apesar de as visões de ambos sobre a vida e o ser humano começarem por ser muito semelhantes. À pergunta “o que é a vida?” (Junqueiro 1920: 42), o poeta filósofo responde: “A vida é o mal” (Junqueiro 1920: 42). Estamos no âmbito do “mal cósmico, do mal natural cósmico” (Patrício 1998: 308), entenda-se. “Também a vida humana é o mal” (Patrício 1998: 308). Tal como Saramago, “Junqueiro pensa, ao contrário de Rousseau, que o homem é naturalmente mau” (Patrício 1998: 308). Diz Guerra Junqueiro: “A expressão última da vida terrestre é a vida humana, e a vida dos homens cifra-se numa batalha inexorável de apetites, num tumulto desordenado de egoísmos, que se entrecrocavam, rasgam, dilaceram” (Junqueiro 1920: 42). Com a ciência e o progresso técnico, o ser humano tornou-se ainda mais perigoso, acrescenta Junqueiro: “A fera, a dez passos, perturba-nos. O homem, a quatro léguas, enche-nos de terror” (Junqueiro 1920: 42); o homem é

um monstro, continua o filósofo, que apresenta um exemplo inequívoco: “Ao pé de um Napoleão, um megalossauro é uma formiga” (Junqueiro 1920: 42).

O mal social, a que Junqueiro se refere em diversos textos com frases como “É a sociedade organizada para o mal” (Junqueiro s/d.a: 89) ou “A sociedade portuguesa está organizada para o mal” (Junqueiro s/d.a: 95), decorre deste mal cósmico e ontológico, que o autor sintetiza desta forma: “A humanidade, enfim, é a vitória dos arrogantes sobre os humildes, dos fortes sobre os débeis, da besta sobre o anjo” (Junqueiro 1920: 44)”. Não sei se José Saramago terá lido passagens junqueirianas como estas, que estão em tudo de acordo com o seu materialismo histórico:

Os lobos da velha Europa trucidam alguma dúzias de viandantes, enquanto milhões e milhões de miseráveis caem de fome e de abandono, sacrificados à soberba dos príncipes, à mentira dos fariseus e à gula devoradora da burguesia cristã e democrática. O matadouro é a fórmula crua da sociedade em que vivemos. Uns nascem para rezes, outros para verdugos. Uns jantam, outros são jantados. Há criaturas lóbregas, vestidas de trapos, minando montes, e criaturas esplêndidas, cobertas de oiro e de veludo, radiando ao sol. No cofre do banqueiro dormem pobreza metalizadas. Há homens que ceiam numa noite um bairro fúnebre de mendigos. (Junqueiro 1920: 44)

Junqueiro não se limita a descrever os males do mundo e do ser humano. Quer saber de onde vem essa lei da natureza, “lei iníqua e feroz, visto os maus triunfarem e os bons sucumbirem” (Junqueiro 1920: 51). O filósofo pergunta quem impôs essa lei ao universo. Apesar das duas hipóteses que ele próprio apresenta, a resposta é firme: “Quer a criasse, com o universo, uma vontade alheia, quer ela seja imanente ao universo infinito, é, nos dois casos, uma lei monstruosa, negadora da suprema ideia do espírito do homem, a ideia do bem e da justiça” (Junqueiro 1920: 52). Neste ponto, o pensamento de José Saramago é muito distinto do de Guerra Junqueiro. Monstruoso, para Saramago, não é a lei da natureza, destinada à sobrevivência das espécies, mas antes o comportamento do homem-animal, que inventou a crueldade. José Saramago não cai na facilidade de fornecer uma explicação para o vasto e complexo fenómeno do mal, que se concretiza em manifestações de violência extrema, egoísmo, indiferença ao outro, materialismo desenfreado, destruição da natureza e da vida humana e não-humana. Saramago antecipa a pergunta dos leitores e da crítica em geral perante *Ensaio sobre a Cegueira* e afirma, sem as certezas de Junqueiro: “Provavelmente não existe uma resposta e, se existisse, seguramente não seria eu a pessoa capaz de oferecê-la. No fundo, o que o livro quis expressar é muito simples: se somos assim, que cada um se pergunte por quê” (Saramago 2013: 43).

Este proposta de pergunta tão explícita enuncia o desafio que as grandes obras da literatura universal colocam à humanidade (de Homero a Dostoievski, Joseph Conrad, Kafka, Orwell, Beckett, William Golding, Günther Grass, etc.), e que Saramago expressa com a eloquência e a força do aforismo (insisto: “se somos assim, que cada um se pergunte por quê”): que cada leitor se interrogue sobre si e sobre o mundo, que procure interpretar os seus comportamentos e os seus impulsos, os seus anseios e as suas misérias, que se autoanalise no contexto histórico-social e cultural e também à luz da matriz humana e animal a que pertence. Se somos assim como indivíduos e como coletivo, temos de aprender a ver-nos em profundidade e a aceitar, ao menos, procurar compreender a grande tese do romance *Ensaio sobre a Cegueira*, que Saramago apresenta em termos que respondem à tese junqueiriana da iniquidade da natureza:

Mas o autor crê que já estamos cegos com os olhos que temos, que não é necessário que nenhuma epidemia de cegueira venha a assolar a humanidade. Talvez os nossos olhos vejam, mas a nossa razão esteja cega. Não somos capazes de reconhecer que foi o ser humano quem inventou algo tão alheio à natureza como a crueldade. Nenhum animal é cruel, nenhum animal tortura outro animal. Têm de seguir as leis impostas pela vontade de sobreviver, mas torturar e humilhar os seus semelhantes são invenções da razão humana. (Saramago 2013: 43)

Uma outra frase como “Nós, os seres humanos, matamos mais que a morte” (Gómez Aguilera 2010: 163), a que poderíamos juntar outras de teor semelhante, dizem bem da força do problema do mal na mundividência e na escrita de José Saramago. Esta, também com a configuração e a força de aforismo, é não menos eloquente: “Os homens trazem em si a crueldade” (Gómez Aguilera 2010: 162). Esta convicção de José Saramago, que lhe valeu o epíteto de pessimista, não obsta a que o mundo socialista ideal saramaguiano, apesar de inalcançável, compreenda uma moral máxima: “Os valores supremos (humanitarismo e igualitarismo para todos) são as referências que pautam tanto as suas ações de cidadão como as das suas personagens em cujo ideal de liberdade o material e o espiritual se articulam” (Nogueira 2022: 347). Ao contrário do que acontece em Platão, a ideia saramaguiana não existe fora de cada um de nós e fora das coisas; existe dentro de cada pessoa, e é aí que se desenvolve e se materializa em atos e coisas. Diferentemente de Aristóteles, que retomou a teoria das Formas ou Ideias de Platão e a alterou (dizendo que as coisas sensíveis se movem em direção às suas causas finais, isto é, às suas Formas ou essências), o idealismo de Saramago constitui um fim superior que o ser humano deve procurar atingir em vida e pela vida. O mesmo se pode dizer de Guerra Junqueiro, genericamente – cada homem deve querer transcender-se em vida, ser um exemplo de virtude e de ética –, mas é preciso assinalar bem as diferenças entre o pensamento de ambos. “O homem é um resumo ideal da natureza. Andou o infinito e lembra-se” (Junqueiro 1920: 37), afirma o autor de *A Velhice do Padre Eterno*. Isto é, “se toda a visão junqueiriana da natureza é hierarquizante e de movimento ascensional, também o é a sua visão do homem” (Patrício 1998: 299).

Junqueiro via no homem um ser tendencialmente mau, violento, monstruoso, tanto quanto acreditava no caminho de “cada homem para a sua própria perfeição, que coincide com a perfeição que Deus quer para ele” (Patrício 1998: 305). No poema inacabado *O Caminho do Céu*, esse caminho do céu é, afinal, “o caminho da vida. A vida é a via por onde é possível encontrar o caminho do céu” (Patrício 1998: 305). Há muito de aristotélico no pensamento de Guerra Junqueiro, que frequentemente sublinha a sua crença num mundo que está a evoluir, no curso de uma “prodigiosa evolução” (Junqueiro s/d.a.: 103):

Para o Ideal e pelo Ideal. A ciência vai convergir, em último termo, numa grande síntese religiosa, e a paz no mundo e a ordem na humanidade serão definitivamente implantadas, não pelas cifras dos economistas, não pelas revoltas da anarquia, mas sim pelos heróis e pelos santos dessa nova e soberana igreja universal. (Junqueiro s/d.a.: 102–103).

No movimento imparável do Cosmos para a perfeição, o Homem é a máxima realização, e Portugal e a Península Ibérica são uma parte essencial dessa evolução: “Fizemos do século XV ao

XVI uma das mais belas e maiores obras da história da humanidade” (Junqueiro s/d.a.: 102). Mais, em palavras igualmente apaixonadas em que Saramago, se as leu, com certeza não se reviu:

E é para esta fase da história humana que eu creio firmemente na ressurreição necessária e providencial do génio idealista da Península, cabendo ainda porventura à mesma raça que unificou o globo, na ordem material, um papel preponderante na unificação suprema, mais alta e mais nobre, das consciências e dos espíritos. (Junqueiro s/d.a.: 103)

Junqueiro tinha um ideal de pátria e de homem, encarnado em figuras históricas antigas (como Nuno Álvares Pereira, em cuja metempsicose via a possibilidade de renascimento da alma portuguesa) e contemporâneas (como Antero de Quental e José Falcão). O último estádio do homem é, escreveu Junqueiro em vários textos (como o que dedicou a Antero de Quental, em 1894, publicado nas *Prosas Dispersas*), o santo: “O herói máximo é o santo, e São Francisco de Assis é o super-homem”, lê-se no capítulo “Grandes homens”, também incluído nas *Prosas Dispersas*: “Eu chamo grandes homens aos grandes heróis, aos grandes artistas, aos grandes filósofos” (Junqueiro 1920: 90). José Saramago coincide com Guerra Junqueiro quando diz, no texto que citei no início, que “Faltam figuras, faltam pessoas. Em algumas épocas, podíamos citar nomes de grandes figuras nacionais. Hoje é muito difícil” (Gómez Aguilera 2010: 109). Porém, a conceção de vida e de ser humano, e de pátria, de José Saramago não radica em qualquer tipo de teleologia nem de messianismo (antropológico, histórico, cultural, político, individual-heroico, etc.), nem em qualquer crença em relação ao desenvolvimento moral do ser humano enquanto espécie. Muito pelo contrário, o idealismo saramaguiano não é uma teleologia, um lugar finalístico a que chegaremos por determinação de leis imutáveis, como sustentam religiões e concepções do mundo como o cristianismo e o marxismo. Caminho sem fim em que, apesar da morte física de cada um de nós, todos participamos como elos de uma cadeia interminável, é um caminho que se realiza na terra e para o ser humano. É este o sentido do epitáfio que está na oliveira sob a qual foram depositadas as cinzas de José Saramago, como já observei no início deste ensaio. Cito a sequência final de onde foi extraído esse texto, o momento em que Blimunda encontra Baltasar em Lisboa, em S. Domingos, a ser queimado num auto de fé: “E uma nuvem fechada está no centro do seu corpo. Então Blimunda disse, Vem. Desprendeu-se a vontade de Baltasar Sete-Sóis, mas não subiu para as estrelas, se à terra pertencia e a Blimunda” (Saramago 2021: 399).

5. “Transitar para Deus” (Junqueiro), Deus “não existe” (Saramago)

A ideia saramaguiana de ser humano e do seu lugar no cosmos é radicalmente distinta da de Junqueiro. Esta parte do fragmento que me está a servir para estabelecer esta aproximação entre Junqueiro e Saramago resume na perfeição todos os argumentos que apresentei até este momento: “Também não quero cair na tentação de necessidade dos líderes, dos homens exemplares. Não é isso” (Gómez Aguilera 2010: 109). José Saramago também não incorreu na tentação de Deus. Junqueiro, não obstante o seu acérrimo anticlericalismo, acreditava que o fim do ser humano e “de uma nação é derramar justiça, divulgar virtude, criar formosura, produzir ciência. Abreviando:

transitar para Deus” (Junqueiro s/d.a.: 83). Atente-se nesta outra passagem do mesmo “Discurso”, em que se repete a mesma ideia:

O que são pátrias? Agrupamentos humanos que afinidades de sangue, vaivéns históricos e razões geográficas tornaram em corpos sociais, em organismos conscientes e coletivos. O fim da pátria é idêntico, pois, ao fim do homem: evolucionar para Deus. Chegar à verdade pela ciência, chegar à bondade pelo sacrifício. Realizar Deus até confundir-se com ele, eis o destino do homem, eis o destino último de um povo. (Junqueiro s/d.a.: 88)

Para Saramago, Deus é uma problemática de um tipo totalmente diverso. Deus é a face (in) visível de um mal construído não à imagem e semelhança de Deus, mas à imagem e semelhança do seu único autor: “O homem é cruel sobretudo em relação ao homem, porque somos os únicos capazes de humilhar, de torturar e fazemos isto com uma coisa que deveria ser o contrário, que é a razão humana” (Gómez Aguilera 2010: 154). Em bom rigor, José Saramago não vê no mal um problema teológico; encara-o, antes, e aqui retomo o que afirmei acima, como um problema eminentemente humano. Uma vez que Deus, para Saramago, não existe, simplesmente não se coloca a questão de saber como é que um Deus bom pode ter criado um mundo no qual abunda o sofrimento inocente. Em 2001, na crónica “O Fator Deus”, publicada nos jornais *El Pais* e *Público* uma semana depois dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, Saramago responsabiliza única e exclusivamente os seres humanos por todos os tipos de crimes cometidos sobre outros seres humanos:

E, contudo, Deus está inocente. Inocente como algo que não existe, que não existiu nem existirá nunca, inocente de haver criado um universo inteiro para colocar nele seres capazes de cometer os maiores crimes para logo virem justificar-se dizendo que são celebrações do seu poder e da sua glória, enquanto os mortos se vão acumulando, estes das torres gémeas de Nova Iorque, e todos os outros que, em nome de um Deus tornado assassino pela vontade e pela ação dos homens, cobriram e teimam em cobrir de terror e sangue as páginas da História. (Saramago 2001: 25)

Saramago rejeita o argumento de Kant, para quem a questão de Deus estava fora dos “limites da filosofia” (Neiman 2005: 17), precisamente porque Deus “excedia os limites do conhecimento humano” (Neiman 2005: 17). O diálogo saramaguiano com Deus é um “diálogo com um mundo cultural orientado por uma Igreja que não dá ao ser humano grande espaço de autonomia e liberdade” (Nogueira 2022: 28). Saramago dirige uma resposta indireta mas inequívoca a Kant no romance *Caim*, nas palavras do assassino de Abel, que reage com impaciência à afirmação (dos anjos) de que “Os desígnios de deus são inescrutáveis” (Saramago 2009: 142), tanto para quem sofre um mal inexplicável como para quem o procura compreender (os teólogos e os crentes em geral): “Estou cansado da lengalenga de que os desígnios do senhor são inescrutáveis, respondeu caim, deus deveria ser transparente e límpido como cristal em lugar desta contínua assombração, deste constante medo, enfim, deus não nos ama (Saramago 2009: 142). Junqueiro, que zurziu Jeová com uma violência rara, não aprovaria estas palavras. Compreende-se: assumidas à letra, dir-se-ia que nelas há uma total ofensa a Deus por parte de um homem que era assumidamente ateu, quando o que há é uma oposição indignada a toda a uma tradição religiosa que impõe

dogmas. Guerra Junqueiro, que nunca foi ateu “e nunca chegou a ser um católico” (Garção s/d.b: XLI-XLII), também foi acusado de ofender Deus e os católicos. O Deus de Junqueiro é luz, perfeição, verdade, mistério, não o Deus do Antigo Testamento, criado à imagem e semelhança do ser humano. Saramago, incondicionalmente ateu, e Junqueiro, irredutivelmente religioso, rebelaram-se contra o que consideravam os absurdos de uma religião (dogmática, hierarquizada, plena de contradições) que ambos não podiam aceitar.

O Deus de *A Velhice do Padre Eterno* não é, autenticamente, um Deus; é a figuração do “fator Deus”, tornado personagem para que, como também faz Saramago, o poeta possa dialogar com ele; ele, “o fator Deus”, “esse que é terrivelmente igual em todos os seres humanos onde quer que estejam e seja qual for a religião que professem” (Saramago 2001: 25); esse, continua Saramago no texto “O Fator Deus”, “que tem intoxicado o pensamento e aberto as portas às intolerâncias mais sórdidas, esse que não respeita senão aquilo em que manda crer; esse, denunciam Junqueiro e Saramago, que se materializa numa Igreja, rica e poderosa, que prega a pobreza e a submissão a quem é já radicalmente pobre e submisso. A afinidade de ideias e literária entre os dois escritores não é meramente pontual ou fortuita, e podemos inclusive perguntar-nos se Saramago não terá sido diretamente influenciado por Junqueiro. No prefácio à segunda edição de *A Velhice do Padre Eterno* (1887), o autor comenta criticamente a morte de Cristo e a indiferença de Deus perante esse sacrifício que, aliás, acrescenta Junqueiro, lhe terá garantido ser “o Deus do universo inteiro!” (Junqueiro s/d.b: 336). No argumento de *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991), essa mesma ideia é estruturante. Esta frase de Junqueiro aplica-se tanto ao livro *A Velhice do Padre Eterno* como ao romance de Saramago: “E foi ele, o filho renegado e crucificado por um Pai, quem lhe deu com o domínio do Céu o império do mundo!” (Junqueiro s/d.b: 335). N’*O Evangelho segundo Jesus Cristo*, Deus confessa a Jesus que não se sente satisfeito por ser apenas “o deus de um povo pequeníssimo que vive numa parte diminuta do mundo” (Saramago 2016: 370). A morte de Jesus permitir-lhe-á ser “deus de muito mais gente” (Saramago, 2016: 370), passar de “deus dos hebreus a deus dos que chamaremos católicos, à grega” (Saramago 2016: 370). A diferença entre os dois textos está apenas em que Jeová, em Junqueiro, se aproveita da remissão da humanidade que resulta do sacrifício de Jesus, enquanto que Deus, em Saramago, tem já essa estratégia definida: “E qual foi o papel que me destinaste no teu plano, O de mártir, meu filho, o de vítima, que é o que de melhor há para fazer espalhar uma crença e afervorar uma fé” (Saramago 2016: 370).

Junqueiro e Saramago quiseram expor as não poucas tragédias coletivas e individuais que têm resultado do Deus terrível do Antigo Testamento, que não é, nem mais nem menos, para ambos, senão o ser humano com as suas pulsões e pensamentos que se materializam no mal mais extremo. Deus, nos poemas de *A Velhice do Padre Eterno* e nos romances *O Evangelho segundo Jesus Cristo* e *Caim*, não representa o Senhor dos cristãos enquanto Ser e transcendência; é uma personagem da tradição cultural judaico-cristã que os escritores põem em cena para dialogar com cada leitor e com o mundo cultural e político passado e presente.

Saramago nunca quis ridicularizar nem eliminar um Ser que, para ele, não existe. Também Junqueiro não quis atingir o Deus absoluto em que ele acreditava: “Mas a tradição respeitara-se; o puro, o singelo cristianismo dos simples, dos obscuros, dos humildes, que ele cantara, não sofria nenhuma ofensa” (Garção s/d.b: XLIV). Esta afirmação de Saramago seria com certeza subscrita por Junqueiro: “Para mim, o fator Deus já não tem nada a ver com Deus. É usar a ideia do Supremo para coisas que não têm nada a ver com a religião” (Gómez Aguilera 2010: 132).

E este juízo de Junqueiro agradaria a Saramago: “Jeová reconheceu o Filho só depois de morto. Vivo, odiava-o. Porquê? Tinha-lhe medo” (Junqueiro s/d.b: 335). Odiava-o porque Cristo significa, escreveu Junqueiro na “Nota” final de *A Velhice do Padre Eterno*, “a morte de todos os dogmas” (Junqueiro s/d.b: 452) e o fim do Mal, que é exatamente aquilo que quem deseja poder absoluto não quer. Junqueiro concentra esta ideia na figura do Papa, “Um Deus inventado à socapa,/ Um Deus, para fazer o qual bastam apenas/ Quatro Coisas: cardeais, papel, tinteiro e penas” (Junqueiro s/d.b: 393). N’O *Evangelho segundo Jesus Cristo*, Saramago desenvolve a sua convicção de que há homens que não renunciam a querer esse poder sem limites e, conseqüentemente, a praticar qualquer tipo de mal para o obterem e manterem. O Diabo propõe a Deus que o receba “no teu céu, perdoado dos males passados pelos que no futuro não terei de cometer, que aceites e guardes a minha obediência” (Saramago 2016: 392). A resposta de Deus resume todo conceito saramaguiano de Deus (construção humana e social, não Deus enquanto Ser), que equivale também ao Deus junqueiriano bíblico, um Deus, Jeová, criado pelo homem, afinal, violento:

Não me aceitas, não me perdoas, Não te aceito, não te perdo, quero-te como és, e, se possível, ainda pior do que és agora, Porquê, Porque este Bem que eu sou não existiria sem esse Mal que tu és, um Bem que tivesse de existir sem ti seria inconcebível, a um tal ponto que nem eu posso imaginá-lo, enfim, se tu acabas, eu acabo, para que eu seja o Bem, é necessário que tu continues a ser o Mal, se o Diabo não vive como Diabo, Deus não vive como Deus, a morte de um seria a morte do outro [...]. (Saramago 2016: 393)

O Deus junqueiriano nada tem a ver com o Deus que os homens figuram na Bíblia, “O Padre Eterno [...] coberto de mazelas” (Junqueiro s/d.b: 392), lê-se num dos poemas de *A Velhice do Padre Eterno*: “Deus, o Deus em que acredito,/ Essa luz que alumia essa noite — o infinito,/ Esse eflúvio d’amor que em tudo anda disperso,/ Espírito que, enchendo o abismo do universo,/ Cabe com todo o seu vastíssimo esplendor/ Num olhar de criança ou num cálix de flor” (Junqueiro s/d.b: 392). E continua: “Esse Deus imortal, único, bom, clemente,/ O Deus de quem tu és o hereje e eu sou o crente,/ Esse Deus, ó Mazela, é um Deus plebeu e humilde,/ Cuja firma não dá nos banqueiros Rothschild/ Crédito algum; um Deus descalço e proletário” (Junqueiro s/d.b: 392).

Junqueiro e Saramago desafiam os excessos e as faltas de todas as religiões e substituem-nas pelas “virtudes do espírito” (Martins 2014: 185). Ambos aspiram a uma espiritualidade que se realiza no contínuo desenvolvimento dialético da realidade ética, moral, jurídica, política e literária, na aspiração a uma trindade autenticamente humana para todos (não apenas, à maneira platónica, para uns poucos): a justiça, o bem e o belo. O “espiritual é uma espécie de sentimento” (Damásio 2017: 304), uma experiência de harmonia e de serenidade que se desenvolve em “associação com o desejo de atuar em relação aos outros com generosidade e amabilidade” (Damásio 2017: 302). As espiritualidades junqueiriana e saramaguiana, a dos homens-escritores e a que atravessa os textos que eles escreveram, não se esgota numa atitude de contemplação, nem em tranquilidade; completa-se numa atitude interventiva, de procura do outro individual e coletivo, em ações que visem a libertação das consciências e o bem-estar comum. O espiritual, em Junqueiro e Saramago, reclama-se de uma constante evocação dos maiores males e exclusões inventados pelo ser humano.

6. Conclusão: A metempsicose de Nuno Álvares Pereira (Junqueiro), “A vara de negrilho está verde, talvez floresça no ano que vem” (Saramago)

Regresso, especificamente, para concluir, ao tema da decadência de Portugal. Na *Pátria*, Junqueiro postula que, não obstante a decadência que o afeta, Portugal pode salvar-se. Para isso, é necessário um novo Nuno Álvares Pereira. Nas “Anotações” que acompanham a *Pátria*, o poeta faz um “Balanço patriótico” e nele exalta José Falcão (1841–1893), que compara ao “Condestável. Como ele, espírito heroico, braço de ferro para o comando, boca de santo para a piedade” (Junqueiro s/d.b: 640). José Falcão morreu em 1893. É necessário quem o substitua, portanto, pela via da metempsicose de Nuno Álvares Pereira: “A metempsicose, em moderno, do grande Condestável, eis o meu sonho” (Junqueiro s/d.b: 637), segundo a afirmação que citei já acima.

Há, na filosofia junqueiriana, um desejo muito forte de intervenção direta na própria história, à maneira da filosofia anterior, “que é essencialmente uma ética e uma mundividência carregada de *dever ser*, em que a filosofia da história não é apenas uma análise fria e distante dos factos” (Almeida 1993: 42. Sublinhados no original). Este “dever ser” aplica-se na perfeição a esta peça de José Saramago e a tudo o que o autor escreveu. Até certo ponto, Antero, Junqueiro e Saramago estão de acordo. Uma afirmação de Guerra Junqueiro como “A sociedade portuguesa está organizada para o mal” (Junqueiro s/d.a: 95) seria subscrita tanto por Antero como por Saramago, que também concordariam com toda a argumentação: a convivência do clero, “desaforado instrumento do regime” (Junqueiro s/d.a: 96); a justiça como “vontade do regime. Ele acusa, ele condena, ele absolve. Quando quer e como quer” (Junqueiro s/d.a: 96); os deputados como “laicaos do regime. Dão-lhes decretos a aprovar como se dão botas a engraxar” (Junqueiro s/d.a: 95); o exército como “garantia imutável do regime” (Junqueiro s/d.a: 95).

A síntese está de acordo, muito em particular, com o socialismo anterior e com a visão materialista histórica de José Saramago: “Que significa então esse regime? O imperativo da besta, a ditadura do mal. Converte a religião em sacrilégio, o direito em crime, a verdade em burla, a força em tirania” (Junqueiro s/d.a: 96). A diferença entre Antero, Junqueiro e Saramago está em que os dois primeiros não têm dúvidas sobre a relação das forças que atuam no real: para Antero, a religião é a motivação mais enraizada do agir humano, a causa das causas; para Junqueiro, a principal causa da decadência está na dinastia de Bragança, por culpa de quem “Perigava a existência, a autonomia da pátria” (Junqueiro s/d.a: 634). “Não temos a certeza se daqui por 50 anos este país existe” (Gómez Aguilera 2010: 109), afirmou Saramago, no mesmo sentido de Junqueiro, em 2005, mais de cem anos depois.

Nenhuma teoria que se proponha explicar o mundo histórico-político e religioso é completa e infalível. Há demasiadas variáveis e uma irreduzível imprevisibilidade no humano e nos sistemas sociais. Saramago vai desenvolvendo o seu pensamento e o seu trabalho com esta consciência de falibilidade e de incompletude de todas as explicações, por mais integrais e apelativas que possam parecer. Em *Que Farei com Este Livro?*, imagem de um país em decadência, há nexos entre o religioso, o político, o económico e o cultural, mas não existe determinismo do primeiro elemento, nem de nenhum outro, para os demais. A haver, como marxista que José Saramago foi, seria não na ordem anterior (o religioso primeiro), mas na lógica junqueiriana: primeiro o poder político e as relações económicas, depois, influenciado por estas forças ou mesmo criado por elas, os poderes religioso, judicial e militar. Aliás, se pensarmos bem, Saramago procurou sempre

conciliar visões filosóficas e políticas que se têm querido radicalmente opostas. Teve sempre presente o desejo de analisar o mundo como os filósofos e, na verdade, embora não como um sistema uno, analisou-o, em ensaios, em textos breves e, sobretudo, na sua obra literária. Na gênese da decadência do Portugal de Camões, deduz-se da peça de Saramago, há uma relação de implicação entre elementos religiosos, sociais, políticos, culturais e económicos, sem que se estabeleça uma ordem unívoca e uma relação de causalidade estrita e inequívoca. Isto acontece porque José Saramago não é radicalmente marxista, ao contrário do que poderá pensar quem considerar apenas o confessado comunismo do autor, nem irredutivelmente idealista (Nogueira 2022: 346).

Para José Saramago, a nossa única fatalidade tem de ser acreditarmos numa vida nova, numa sociedade nova, e agirmos em conformidade com essa necessidade e esse ideal ativo, dia após dia. Porque nenhuma teleologia existe, nenhum aperfeiçoamento da espécie humana está garantido, por mais que nele acreditemos e ilusoriamente o vejamos à nossa volta. A frase final do romance *A Jangada de Pedra* (1986), “A vara de negrilho está verde, talvez floresça no ano que vem” (Saramago 2015b: 349), representa, com um simbolismo e uma eloquência surpreendentes, “not the certain realization of utopia, but the precarious nature of human hopes and aspirations” (Sabine 2016: 198). Mas também significa que a ação desencadeada pela vontade tem de se concretizar nos atos mais individuais e privados, no dia a dia, e nos gestos mais sociais e políticos, institucionais e públicos. Neste aspeto, apesar de tudo o que os separou em termos de conceção do universo e do ser humano, Junqueiro e Saramago foram iguais. Ambos, inscritos na História e na conjuntura que ela sempre impõe às vontades individuais, praticaram a liberdade humana, viveram intensamente a vida individual e souberam ser atores e agentes da vida coletiva. Fizeram-se a si próprios, participaram na construção do seu tempo e, por isso, hão de permanecer indissolúvelmente ligados ao presente e ao futuro.

Referências bibliográfica

- Almeida, O. T. (1993). Antero e as *Causas da decadência dos povos peninsulares: entre Weber e Marx*. In AA. VV., *Congresso Anteriano Internacional. Actas do Colóquio Internacional (14–18 Outubro 1991)* (pp. 33–43). Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Ceccucci, P. (2018). A escrita e o olhar: textualidade e memória no *Ensaio sobre a cegueira* de José Saramago. In J. Greenfield, & F. Topa (ed.), *Textualidade e Memória: Permanência, Rotura, Controvérsia* (pp. 367–374). Porto – CITCEM.
- Damásio, A. (2017). *Ao encontro de Espinosa. As emoções sociais e a neurologia do sentir*. Edição revista e atualizada. S.l.: Temas e Debates / Círculo de Leitores.
- Engels, F. (2013). O socialismo científico. In M. Braga da Cruz (Ed.), *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos*. Vol. I (pp. 113–133). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Garção, M. (s/d.b). Junqueiro republicano. In G. Junqueiro, *Horas de luta* (pp. VI–XLIX). Porto: Livraria Lello & Irmão, Editores. Lisboa: Aillaud & Lellos.
- Gómez Aguilera, F. (edição e seleção) (2010). *José Saramago nas suas palavras*. Tradução dos textos em espanhol, francês e italiano de Cristina Rodrigues e Artur Guerra. 2.ª ed. Alfragide: Editorial Caminho.

- Junqueiro, G. (s/d.a). *Horas de luta*. Porto: Livraria Lello & Irmão, Editores. Lisboa: Aillaud & Lellos.
- . (s/d.b). *Obras de Guerra Junqueiro (Poesia)*. Organização e introdução de Amorim de Carvalho. Porto: Lello & Irmão – Editores.
- . (1920). *Prosas dispersas*. 2.ª d. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão – Editores / Lisboa, Paris: Aillaud e Bertrand.
- Martins, M. F. (2014). *A espiritualidade clandestina de José Saramago*. S.l. [Lisboa]: Fundação José Saramago.
- Neiman, S. (2005). *O mal no pensamento moderno. Uma história alternativa da filosofia*. Tradução de Vítor Matos. Lisboa: Gradiva.
- Nogueira, C. (2022). *José Saramago: a Literatura e o Mal*. Lisboa: Tinta-da-China. Os restos mortais de Junqueiro, o glorioso cantor da Pátria e dos humildes, entraram ontem nos Jerónimos no meio do respeitoso e comovido silêncio de um povo em luto. *Diário de Notícias*, ano 59, n.º 20.659, 1923: 1. <<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/15-jul-2023/o-funeral-de-guerra-junqueiro-16695307.html#media-1>>
- Patrício, M. F. (1998). A libertação do homem em Guerra Junqueiro. In P. Samuel (Ed.). *Guerra Junqueiro e a modernidade (actas do colóquio)* (pp. 288–317). Porto: Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto / Lello Editores.
- Pereira, H. M. S. (2005). *Guerra Junqueiro: percursos e afinidades*. Lisboa: Roma Editora.
- Quental, A. de. (2001). *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Contexto Editora.
- Real, M.; & Gonçalves, F. (2022). *As 7 vidas de José Saramago*. Lisboa: Companhia das Letras.
- Saramago, J. (18 de setembro de 2001). O fator Deus. *Público*, 4.019, 25.
- . (2009). *Caim*. Alfragide: Editorial Caminho.
- . (2013). Da estátua à pedra – O autor explica-se. *Da estátua à pedra e discursos de Estocolmo* (pp. 25–52). Apresentação de Pilar del Río. Prefácios de Giancarlo Depretis e de Luciana Stegagno Picchio. Texto crítico de Fernando Gómez Aguilera. Belém: Ed. UFPA; Lisboa: Fundação José Saramago.
- . (2015a). *A jangada de pedra*. 17.ª ed. Porto: Porto Editora.
- . (2015b). *Que farei com este livro?* Prefácio de Luiz Francisco Rebello. 5.ª ed. Porto Editora.
- . (2016). *O evangelho segundo Jesus Cristo*. 34.ª ed. Porto: Porto Editora.
- . (2021). *Memorial do convento*. Porto: Porto Editora / Livraria Lello.
- Río, P. del. (2022). *A intuição da ilha. Os dias de José Saramago em Lanzarote*. Porto: Porto Editora.
- Vieira, P. A. (1690). Sermão da visitação de Nossa Senhora. *Sermões do P. António Vieira* (pp. 386–415). Oficina de Miguel Deslandes.



This work can be used in accordance with the Creative Commons BY-SA 4.0 International license terms and conditions (<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/legalcode>). This does not apply to works or elements (such as images or photographs) that are used in the work under a contractual license or exception or limitation to relevant rights.